



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2016

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 10 horas e 30 minutos.

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Ramos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS). ---

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Prof. Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de São Pedro do Sul.

FALTAS: Manuel Maurício da Costa Botas (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD).



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Período antes da Ordem do Dia.
- 2 - Período de Intervenção do Público.
- 3 - Assuntos da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
 - 3.2 - Apreciação e Votação das Propostas apresentadas pelo Executivo sobre “Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Instalações de Atividade Pecuária”;
 - 3.3 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015”;
 - 3.4 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais relativos ao acordo de regularização de dívidas a celebrar com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão”;
 - 3.5 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Revisão ao Orçamento de 2016”.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de fevereiro e março de 2016;
- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de fevereiro e março de 2016;
- Jornal “Associações”, referente ao mês de fevereiro de 2016;

Emails:

- Do Deputado Municipal Pedro Figueiredo, datado de 25-02-2016, referente a pedido de substituição na sessão ordinária do dia 29-02-2016;
- Da Deputada Municipal Patrícia Azevedo, datado de 27-02-2016, referente a pedido de substituição na sessão ordinária do dia 29-02-2016;
- Da Deputada Municipal Graça Rodrigues, datado de 03-03-2016, referente ao envio do texto da sua intervenção na sessão ordinária do dia 29-02-2016, sobre o regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
- Do Deputado Municipal André Matias de Almeida, datado de 07-03-2016, referente a proposta de criação de um grupo de trabalho que vise a fiscalização das relações da Câmara Municipal com todas as IPSS;
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas, datado de 09-03-2016, referente a indicação de membro do PSD para integrar comissão;
- Da Junta de Freguesia de Serrazes, datado de 25-02-2016, referente a pedido de substituição na sessão ordinária do dia 29-02-2016;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 08-03-2016, referente a reunião da Assembleia Intermunicipal;
- Da CIMAC, datado de 02-04-2016, referente a conferência “O Poder Local Democrático e a Constituição da República Portuguesa”;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da PROEFA, datado de 11-04-2016, referente ao “I Congresso Nacional do Emprego Jovem”;
- De “Debates & Discursos, Lda.”, datado de 11-04-2016, referente a formação “As Diretivas Europeias de 2014 sobre a Contratação Pública, Inovações e Transposição para o Código dos Contratos Públicos”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 09-03-2016, referente a proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2016;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 17-03-2016, referente a dificuldades de acesso a comunicações móveis;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 23-03-2016, referente a descargas de efluentes no Rio Paivó, Arouca;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 06-04-2016, referente a Projeto de Resolução do PEV sobre classificação e valorização das lojas históricas;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 06-04-2016, referente a Projeto de Lei que reduz o número de alunos por turma;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 11-04-2016, referente Projeto de Resolução do PEV sobre a interdição do uso de glifosato;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 14-04-2016, referente a convite para audição pública parlamentar sobre “Políticas públicas para a promoção de uma floresta sustentável”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 19-04-2016, referente a Projeto de Resolução do PEV sobre a atualização do Programa Nacional de Vacinação;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 19-04-2016, a dar conhecimento da ata da reunião de Câmara do dia 22-03-2016;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 19-04-2016, a dar conhecimento das deliberações aprovadas em minuta na reunião de Câmara do dia 18-04-2016.

Ofícios:

- Da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, datado de 25-02-2016, referente a pedido de substituição na sessão ordinária do dia 29-02-2016;
- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 16-03-2016, referente à criação do Centro Oncológico com as Unidades de Radioterapia e de Medicina Nuclear no Centro Hospitalar Tondela Viseu;
- Da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, datado de 22-03-2016, referente a convite para participar nas celebrações em honra do seu padroeiro;
- De Jerónimo Duarte de Figueiredo, datado de 22-03-2016, referente a dívida do Município;
- Do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, datado de 30-03-2016, referente a pedido de informação sobre queixa feita à sua pessoa;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 18-04-2016, a propor os assuntos a serem discutidos na sessão ordinária do mês de abril de 2016.

Verificada a existência de quórum foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão e, por ser um dia especial e atendendo ao facto do poder local ser uma das grandes conquistas do 25 de Abril, convidou os líderes parlamentares das duas bancadas e o Presidente da Câmara Municipal, para fazerem umas pequenas alocuções alusivas à data,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

começando por dar a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, cuja alocução a seguir se transcreve: “Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes. É com redobrado orgulho que, em sessão solene, aplaudimos hoje uma dupla comemoração: o 42º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 e o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa de 25 de Abril de 1976. A revolução do 25 de Abril de 1974 veio pôr fim a um regime ditatorial criando condições para que se instituisse um regime livre e democrático. Deu-se uma transformação revolucionária e uma viragem histórica nas consciências sociais e políticas dos portugueses, procurando-se construir um Homem novo e uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna. A 25 de Abril de 1976. Foi o dia em que, após redigida, votada e aprovada pelos deputados à Assembleia Constituinte, entrou em vigor a Constituição da República Portuguesa, justamente saída dos pressupostos políticos da “Revolução dos Cravos” e das primeiras eleições gerais e livres do país. A Constituição Portuguesa, ao longo destes 40 anos, passou por várias revisões, mas continua a saber resistir ao tempo e insiste em funcionar como bússola de regras e valores essenciais do nosso regime democrático, impulsionando os municípios e o país para um desenvolvimento estruturado. Alicerçada nos fundamentos e nos valores da Revolução de Abril de 1974, foi através da Constituição da República Portuguesa que se devolveram aos portugueses os seus direitos, liberdades e garantias, neles se representando as práticas da liberdade, da democracia e do desenvolvimento. É nos momentos de crise económica, financeira e social que devemos mostrar a nossa coesão social e a natureza dos valores de Abril saídos da Revolução e da Constituição, porque os direitos adquiridos inscrevem-se no edifício da liberdade, da democracia e do desenvolvimento! Devemos defendê-los e ter a responsabilidade de os fazer cumprir, para que se cumpra Abril! Minhas senhoras e meus senhores: 25 de Abril de 1974. Foi uma revolta que imprimiu tamanha mudança nas pessoas e na sociedade, de modo que, nos nossos dias, usamos essa data para marcar um tempo: o que aconteceu antes do 25 de Abril e o que veio depois. A democratização do poder autárquico... Foi uma grande conquista! Nestes 42 anos de Portugal livre, os municípios contribuíram e continuam a insistir na criação de melhores condições de vida para os cidadãos, atenuando as inúmeras fragilidades estruturais do nosso país. As autarquias locais, enquanto factores de desenvolvimento social, infraestrutural, cultural, educativo e económico, constituem-se na forma mais eficaz de concretização do Estado democrático, pois, os eleitos, diariamente, convivem com quem os elegeu, acompanhando essas comunidades nas suas prioridades e nas suas ambições. Assim, a governação local encontra-se próxima de cada indivíduo e em constante definição dos destinos dos municípios, presente em cada rua, em cada bairro, em cada lugar, em cada freguesia e em todo o concelho, porque é um poder movido pelas solicitações permanentes das populações. Numa época em que o país e o mundo atravessam uma grave crise, com os indicadores económicos e sociais em constante degradação, com a desgraça do desemprego, a desertificação do interior e a insolvência das empresas, temos mais que nunca que estar unidos para minimizar essas ondas de retrocesso social e económico. E são as autarquias quem está na linha da frente. Na realidade, parece que pouco podemos fazer. Mas, parecendo pouco, é muito o que fazemos, e só possível graças a uma gestão com verdade e rigor, com justiça e com respeito pelos valores da cidadania e da honestidade, se consegue fazer mais e melhor. São exemplo, as medidas levadas a cabo nos dois anos e meio de mandato que levamos, já provamos que é possível implementar formas de gestão



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal mais eficazes, gerir o concelho com a manutenção de níveis de investimento sustentado e sempre respeitando a dignidade de quem nos elegeu: - Apoiamos e somos apoiados pelos funcionários camarários e pela comunidade civil, que, diariamente, com o seu trabalho e espírito pela causa pública, nos ajudam no alcance das políticas municipais; - Temos agido e gerido o concelho juntamente com as sinergias criadas com os parceiros locais, sejam as instituições públicas, sejam as instituições privadas, as associações ou as comunidades civis; - Implementamos uma maior eficácia e eficiência com o programa de modernização da administração camarária, porque os tempos de hoje não se compadecem com burocracias pesadas, perdas de tempo e desperdícios de recursos financeiros; - Estamos entre os primeiros na redução do passivo e na eficácia financeira: reduzimos a dívida em 43% na Câmara Municipal e em 27% na Termalístur, ou seja, mais de 7 milhões de euros; - Através dessa prodigiosa redução de dívida, atingimos a capacidade financeira para executarmos todas as obras candidatas ao quadro comunitário de apoio, sejam elas de rede de abastecimento de águas, de rede de esgotos, a obra de requalificação das ruínas do balneário romano, as obras de construção da ecopista, as obras de intervenção e potencialização turística das Termas e da serra de S. Macário, as obras de abertura, correção e repavimentação de várias estradas do concelho, as pequenas obras que constituem grandes benefícios e tantas outras obras que seria fastidioso estar aqui a elencar; - Reduzimos, igualmente, o prazo de pagamento aos nossos fornecedores para pouco mais de dois meses, o que ajuda a pequena indústria e o comércio local; - Temos implementado várias políticas sociais, como sejam: apoio à natalidade, apoios a pessoas e famílias carenciadas, apoios aos idosos e aos doentes; - Aumentamos as iniciativas ligadas com o desporto e apostamos no aumento dos circuitos pedonais, que tanto têm fomentado o nosso turismo de montanha; - Continuamos com o apoio às nossas festividades populares e com os certames relacionados com os produtos locais; - Promovemos o orçamento participativo no concelho, porque a nossa política está fundamentada na cidadania, na democracia participativa e alicerçada na mensagem de que S. Pedro do Sul é de todos os sampedrenses; - Mantemos o nosso projecto de proximidade entre os eleitos e os eleitores, que tem sido dinamizado com a política: S. Pedro do Sul, uma Câmara de portas abertas. Estamos conscientes da nossa imperfeição. Mas, de igual forma, temos a consciência de uma qualidade: podemos sempre ser melhores! E procuramos consegui-lo através do nosso espírito de missão, trabalho e rigor, e com o espírito desse legado de liberdade, democracia e desenvolvimento advindo da revolução de 25 de Abril de 1974. Por isso, continuaremos, ano após ano, a comemorar Abril e os seus valores, porque foi esta a Revolução que criou nos portugueses a esperança em melhores condições de vida! Viva a Revolução de 25 de Abril de 1974, viva a Constituição da República Portuguesa de 25 de Abril de 1976! Viva S. Pedro do Sul! Viva Portugal!”. Seguidamente, a Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) apresentou a sua alocução: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Senhora e Senhores Vereadores. Senhores Representantes da Comunicação social. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Encontramo-nos mais uma vez reunidos numa data determinante na história do nosso país, recordando o dia em que a nossa vida passou a ser diferente, em que, de repente, a luz, a cor e a alegria popular puseram termo a anos e anos de opressão, de medos vários, de obscurantismo e de sofrimento. Recordar estes quarenta e dois anos de vivência democrática é referir um país em construção, com altos e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

baixos, avanços e recuos, mas em que o povo português sempre demonstrou a sua determinação na edificação de um Portugal novo tendo em conta os ideais de Abril, a par de uma grande resiliência em momentos mais difíceis e que fizeram parte, também, do caminho que temos vindo a percorrer ao longo dos anos. Precisamente este ano assinala-se o 40º aniversário das primeiras eleições autárquicas, ocorridas em 1976. O poder local autárquico, tal como a Constituição determina é igualmente uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril. Assim, este é, também, um momento simbólico para a valorização do trabalho desenvolvido pela generalidade dos autarcas portugueses, cujo contributo tem sido decisivo para o desenvolvimento dos Municípios, para o apoio às populações, para a concretização do sonho, levando o mundo a “pular e a avançar”, como diz o poeta. 40 anos é também a idade da maturidade democrática, em que a sociedade já não está dividida entre bons e maus, em que a diversidade de pontos de vista pode ser expressada sem medo e em que a partilha de visões diferentes contribui para a melhoria das decisões. O eleito local, aquilo que todos os que aqui estamos somos, é igualmente, um resultado de Abril. E estamos aqui, fruto de uma decisão popular, representando quem em nós votou. Essa é a nossa legitimidade, essa é a nossa responsabilidade também, a de ajudar a fazer cumprir Abril, objectivo quicá inatingível no seu todo, pois os desígnios de uma sociedade democrática nunca poderão estar completamente atingidos. A democracia é um processo que implica a participação de todos os cidadãos e que, fruto das necessidades e das mudanças dos contextos sociais, obriga a fazer cada vez mais e melhor e por vezes diferente. O desígnio da sociedade ideal é a nossa utopia colectiva mas que nos dá a motivação para não baixarmos os braços e para persistirmos na senda do desenvolvimento e do bem estar dos nossos concidadãos. Autarcas que somos, nunca poderemos dar o trabalho por terminado. Esse é um desafio aliciante. Esse é o orgulho que cada um de nós sente, ao representar os demais e a ajudar a levar “o barco a bom porto”. Não desistindo, respeitando a opinião diferente mas igualmente legítima, estabelecendo as sinergias necessárias para a resolução dos problemas que vão surgindo, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações, estamos todos, no âmbito das nossas funções, a cumprir Abril. E que seja sempre Abril, não só hoje, mas amanhã e depois de amanhã também, todos os dias e todos os anos, pois ainda temos muito caminho para percorrer. Pelas Pessoas, por S. Pedro do Sul, por Portugal, hoje e sempre – ABRIL.”. Tomou de seguida da palavra o Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS), cuja alocução se transcreve: “Abril é primavera. Abril é renascimento. Renascimento da natureza, renascimento da esperança. Assim foi o abril de 1974. Assim é o abril de 2016. De resto, assim têm sido todos os abris desde 74. Os últimos tempos têm sido duros. Muito duros, mesmo. Para os portugueses e para os sampedrenses. Porque o mundo económico e financeiro tem andado às avessas, desorientado, em crise de respostas às dificuldades e em crise face ao rumo a prosseguir. E Portugal, um país pequeno, por maior que seja a sua resiliência, tem sido severamente abalado com o que se passa em seu redor, tal a dependência em relação aos seus parceiros, sobretudo europeus. Também eles em crise de afirmação e consolidação, nessa casa comum a que chamam União Europeia. União onde a hegemonia e a sobranceria alemãs buscam dominâncias, pondo em causa princípios éticos e práticos de solidariedade entre as nações agregadas. De tal modo, que as mais frágeis e periféricas tardam em sair das crises em que mergulharam e foram mergulhadas. Sobretudo devido a um avassalador liberalismo financeiro e económico, desregulado e selvagem, que a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

própria Europa tem cultivado. E que arrastou para a penúria as economias menos estruturadas, menos modernizadas e menos preparadas. A revolução de 1974 norteou-se pelo desígnio dos 3 Dês. Cumpru-se a Descolonização e cumpriu-se a Democratização. Vai-se cumprindo o Desenvolvimento, tarefa mais complexa, mais árdua, mais intemporal. Um edifício em contínua construção. É assim no todo nacional e é assim no nosso concelho. Por isso, a vida pulsa e acontecem coisas, apesar dos constrangimentos. Por exemplo: enquanto lá fora se exulta a Liberdade e a data do dia 25 com prova desportiva, nós, aqui, neste Salão Nobre do Município, exercitamos a Democracia. Propomos, discutimos e aprovamos as soluções que achamos melhores, necessárias ou possíveis para os problemas que nos afligem. E os executivos do Município e das Freguesias vão realizando as obras reclamadas pelas populações. Algumas pequenas, é certo, de remediação, mas fundamentais para as pessoas, ainda que, por vezes, poucas. Mas ninguém pode ficar para trás, porque o direito à qualidade de vida é um direito de todos. Outras de maior envergadura, estruturantes e mais abrangentes nos destinatários, mas com mais custos. Custos que a adesão à Europa minorou e continuará a minorar com apoios financeiros. Tem sido assim e continuará a ser assim no âmbito do quadro comunitário 2020, já em curso, como as infraestruturas básicas de água e saneamento, como a defesa do ambiente, como a rede viária, como a recuperação do património histórico e monumental, como os estabelecimentos de ensino, como a consolidação e projeção termal e turística, como a nova plataforma industrial, como o apoio social, como a animação cultural e desportiva, etc. E, por isso, porque o caminho que vem sendo trilhado é o correto, S. Pedro do Sul vai subindo no ranking comparativo dos concelhos, numa salutar competição de melhoria das condições de vida, posicionando-o em 3.º lugar no distrito de Viseu, depois de Viseu e Mangualde. Mas sempre com os compromissos eleitorais aprovados pelo povo como base, como bússola de orientação. A honra da palavra é um bem, um valor que urge cultivar em política, particularmente em democracia. A pedagogia da palavra é muito importante. Nós que atravessamos os dois tempos – da ditadura e da democracia – temos termos de comparação. E, entre o ontem e o hoje, que diferença! Como dominava naquele tempo a pobreza e a miséria em todos os aspetos da vida coletiva e individual! E como domina, agora, a qualidade de vida nesses mesmos aspetos, seja na cidade, seja na aldeia! Só não vê quem não quer. Portanto, só temos de enaltecer e estar agradecidos aos militares que fizeram abril acontecer. Porque, correndo riscos gigantescos, tornaram possível escancarar as portas e as janelas deste país enclausurado e bafiento de mais de 40 anos, e abri-las a um ar sadio, inteiro e limpo, ao futuro. Nós, socialistas, assim pensamos. E assim pensava Sophia. Como escreveu o eterno Salgueiro Maia, “às vezes é preciso desobedecer”, é preciso dizer não. Foi o que os bravos capitães fizeram naquela madrugada de 25 de abril de 1974. Em nosso nome e do nome dos nossos filhos. Saibamos, pois, cumprir esse legado, de valor único. Viva o 25 de abril! Viva S. Pedro do Sul! Viva Portugal!”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu então à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, verificando-se as seguintes intervenções: Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) fez a seguinte intervenção: “ Em primeiro lugar dizer que hoje é abril, abril de todos nós, abril que nos vai na alma, abril sempre abril, e porque eu quero recordar abril, trago uma matéria que eu considero ser extremamente delicada em termos profissionais, em termos pessoais e em



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos políticos. Se bem se recordam na assembleia de 31/12/2015, numa intervenção minha, pus em causa a atuação do executivo relativamente à extinção dos serviços técnicos do Ministério da Agricultura em S. Pedro do Sul, o que levou este executivo a fazer uma queixa contra a minha pessoa, enquanto funcionário público do Ministério da Agricultura, e por tal estou a ser objeto de um processo disciplinar. Entendo que aquilo que nos apraz registar é a mais valia de sermos cidadãos e termos direito à opinião diferente e podermos manifestar e dizer aqui aquilo que efetivamente entendemos, e é bom também dizê-lo que o fiz em prol do benefício dos agricultores, e não retiro minimamente um milímetro daquilo que eu disse nessa assembleia, pois os serviços técnicos em S. Pedro do Sul deixaram de funcionar e não existem técnicos para prestar a assistência técnica devida aos agricultores. No desenvolvimento deste processo eu dirigi ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia um requerimento, em que eu dizia: “António Lopes Ribeiro residente na Av. Sá Carneiro 446, 3660 - 428 S. Pedro do Sul, Técnico Superior da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro na qualidade de Deputado da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul pelo PSD, vem muito respeitosamente solicitar a vossa excelência se digne informar-me quem foi o responsável por uma queixa feita à minha pessoa provida da Câmara Municipal, e segundo foi dado a saber através de ofícios oficiais que depende de funcionalmente da dita queixa que esteve na origem de uma intervenção política feita por este deputado na assembleia de 31/12/2015”. Em resposta a este requerimento, recebo na sexta feira passada uma resposta por email e o Sr. Presidente, de acordo com aquilo que me é dado saber, a resposta pelo menos deveria ter vindo da mesma forma que me dirigi a Vossa Excelência, que foi a seguinte: “Em resposta ao seu requerimento, que nos mereceu a melhor atenção, somos a informar o seguinte: na sequência da sua intervenção na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 31/12/2015 em que culpabilizou a câmara municipal por ter deixado fugir os serviços técnicos do Ministério da Agricultura de S. Pedro do Sul, o Presidente da Câmara muito naturalmente procurou saber junto do Presidente Regional da Agricultura e Pescas em Dão-Lafões se os serviços tinham sido efetivamente encerrados.”. Será Sr. Presidente que eu não mereço ter a dignidade de ser funcionário público sem ser nitidamente perseguido ao longo da minha vida profissional? Talvez se recordem quando numa câmara socialista em que eu, funcionário responsável pelos serviços em S. Pedro do Sul, numa reunião em Covas do Monte, alguém se lembrou de dizer ao seu Presidente da Câmara, na altura do Partido Socialista, que eu tinha dito mal do governo. Levo um processo disciplinar, um drama brutal à volta deste processo, no qual a comunicação social, muito bem, conseguiu demonstrar efetivamente que o Sr. Presidente de então não tinha razão, e que os que fizeram queixa de mim levaram um processo disciplinar, foram condenados, não tinham razão. Funcionário público como tantos mais funcionários públicos, já na altura e hoje com a dignidade que lhes assiste, têm o direito à diferença, têm o direito de se manifestar, não podem de modo algum ser objeto de perseguição, de persuasão constante sobre o exercício do seu trabalho e sobre o exercício do direito à democracia, o exercício do direito à diferença. Mais tarde, também num governo socialista, não Câmara socialista, alguém se lembra de cartas anónimas a dizer que este mau feitor - Eng.º Lopes Ribeiro, na altura na qualidade de Eng.º Técnico Agrário, leva um processo, mais tarde na qualidade de Técnico Superior, porque para além de fazer um percurso profissional que deixo a este concelho, deixo aos munícipes de S. Pedro do Sul, deixo aos agricultores obra feita, venha alguém que diga ter feito mais que eu como funcionário público ao serviço do Ministério da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agricultura em S. Pedro do Sul. Como tal estou revoltado, revoltado por isto que está a acontecer, e revoltado porque hoje é abril, assiste-me o direito de viver em democracia. Estes três discursos de abril que me encheram o peito, não bastam. Não basta ser-se abril da gravata. Não basta ser-se abril do cravo. É preciso ser-se abril da sua essência, abril por dentro, viver abril, viver no dia a dia. E viver no dia a dia como funcionário público, na minha terra, é aquilo que eu sempre vivi, sempre vivi para os outros, vivi em prol desta sociedade. E continua. Quando eu estou em defesa da minha terra, em defesa daquilo que é o mais elementar para os agricultores, levo uma queixa desta autarquia, deste executivo, mais um processo disciplinar. Todos foram arquivados, possivelmente este também será (que eu saiba ainda não foi, ainda não foi comunicado). Mais, eu quero responsabilizar quem não deu a cara. Eu homenageio quem deu a cara nestes ofícios todos e naquelas queixas que eram feitas. Agora aqueles cobardolas que não são capazes de dar a cara porque não assinam, para esses não pode haver abril, para esses deverá haver sinceramente um “antes do 25 de abril”. É por isso que eu estou em prol daqueles que são funcionários públicos da minha terra, funcionários públicos de S. Pedro do Sul em qualquer Ministério, inclusive os funcionários públicos desta autarquia. Aos funcionários autárquicos eu quero que eles tenham a sua liberdade, o direito à diferença, eu quero que eles manifestem o seu descontentamento. Eu quero que não seja exercida sobre eles pressão persecutória. Preciso saber o teor dessa queixa, porque a minha Direção Regional e o setor jurídico não pôs à minha disposição o teor dessa queixa, feita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal à pessoa do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro por interposta pessoa do Gabinete da Presidência, quando este deputado no uso da palavra na sessão da Assembleia Municipal realizada em 31/12/2015, responsabilizou o executivo por nada ter feito para evitar que os serviços técnicos do Ministério da Agricultura em S. Pedro do Sul tivessem sido encerrados. Em 30/03/2016 dirigi ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia um ofício que no qual solicitava que fosse informado quem tinha sido responsável pela queixa que a mim me foi feita ao serviço de que dependo, e como resposta foi-me dito que naturalmente tinha sido o Sr. Presidente da Câmara. Considerando tratar-se de uma matéria que do ponto de vista profissional, político e pessoal não ser tão natural, como classifica o Sr. Presidente da Mesa, porque se o fosse eu não estaria a braços com um processo disciplinar. Assim requeria a Vossa Excelência que me seja enviado, para o meu endereço postal, uma cópia do documento/queixa que o Sr. Presidente da Câmara mandou fazer chegar aos serviços do Ministério da Agricultura de que depende o funcionário/deputado municipal.”. Interveio de seguida a Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), solicitando ao executivo camarário que, se possível, desse uma panorâmica das atividades desenvolvidas pelo gabinete de apoio ao emigrante em termos de procura, qual o tipo de situações que tem sido mais frequente, e se neste município o gabinete tem tido um papel recetivo, ou seja, se funciona quando há solicitação por parte de alguns munícipes que tenham algum problema e se dirigem ao gabinete, ou se pelo contrário, o gabinete tem desenvolvido algum trabalho de contacto com os sampedrenses espalhados pelo mundo, pois tem tido a possibilidade de contactar com alguns deles, tendo verificado que os posicionamentos dos municípios são diferentes, a forma de atuar varia de município para município. Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) afirmou que foram proferidas, em reunião camarária e nas redes sociais, declarações que apenas e só servem para tentar confundir os sampedrenses, declarações essas que o Grupo Parlamentar do PS qualifica de falta



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de seriedade e de desespero. Em resposta às mesmas, informou que o município sampedrense foi galardoado com o prémio de maior dinamismo a nível nacional, subiu um lugar no ranking na região centro, estando neste momento no trigésimo sexto lugar e mantendo-se no mesmo lugar a nível distrital por ser um concelho em franco desenvolvimento. Relativamente às festas da TV, afirmou que a Câmara Municipal apenas é responsável pela montagem da estrutura metálica e sua cobertura em caso de mau tempo, sendo toda a parte restante da exclusiva responsabilidade das TV's, realçando o papel importantíssimo dos hoteleiros das Termas que contribuem com a estadia e refeições durante os eventos. Mais afirmou que é por esta via da divulgação, por meio de imagens televisivas em direto e em horário nobre de fim-de-semana, que o concelho desenvolve o seu turismo, divulgando as suas gentes, a sua gastronomia, os seus saberes. Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) afirmou que, relativamente à intervenção do Sr. Eng.º António Lopes Ribeiro, e sem prejuízo do trabalho meritório e de elevada qualidade que exerce nesta Assembleia Municipal, talvez fosse tempo da bancada do PSD se renovar e dar lugar a mais jovens, capazes de renovar com novas ideias e novos pensamentos nesta Assembleia Municipal e neste concelho. Disse ainda que vem uma vez mais repudiar este tipo de intervenções, porque não é a primeira vez que o faz e que não é matéria desta Assembleia Municipal e sobretudo não é matéria que interessa a estes municípios. Depois realçou a promoção que este executivo socialista tem feito do que são as mais valias desta cidade e deste concelho, da serra às Termas, com a nova aplicação do “Experimenta S. Pedro do Sul”, bem como a promoção do nosso concelho com a vinda da televisão, quer para as Termas, quer para as serras, quer para as casas de turismo, porque é sem dúvida uma promoção que embora não se reflita financeiramente no nosso concelho, sempre será uma promoção durante uma tarde inteira na televisão, e que é sempre de saudar, sem prejuízo de outras formas de promoção que se têm feito. Mais afirmou que, relativamente ao que hoje muito se fala e discute sobre obra feita (o Sr. Vereador Adriano de Lima Gouveia Azevedo já realçou isso várias vezes em reunião de câmara), é preciso recordar que se se está a reduzir dívida, não se pode simultaneamente estar a criar dívidas, e quem está na oposição tem o dever de respeitar o trabalho e de o julgar no fim, tal como o farão todos os municípios deste concelho, dizendo ainda que hoje cada vez mais caminhamos a passos largos para nos podermos libertar do PAEL e de outros compromissos que tínhamos, para podermos ser verdadeiramente livres e fazer escolhas financeiras que não deixem esta Câmara com mais de 20 milhões de dívida, como ela tinha quando este executivo assumiu os seus destinos. Por fim e para concluir, informou que foi lançada esta semana pelo governo a “Indústria 4.0”, uma revolução que vai transformar a indústria, não só a indústria técnica e dos avanços tecnológicos, mas a indústria tradicional, sendo importante que este município e este concelho dêem já abertura a este programa, entrando em contacto com o Secretário de Estado da Indústria, para que se possa saber o que fazer. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) disse que, relativamente à renovação de elementos da bancada do PSD, a composição das bancadas deve ser exclusivamente da responsabilidade dos partidos, e que tem que haver um respeito pela individualidade de cada partido, dizendo ainda que “não devemos imiscuir-nos na vida partidária dos partidos que connosco estão a participar na vida democrática.”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) respondeu dizendo não querer imiscuir-se de forma nenhuma, nem alterar a composição, nem fazer nenhum tipo de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consideração sobre a bancada parlamentar do PSD, muito menos sobre a sua pessoa e sobre o competente trabalho que aqui tem desenvolvido e o competente trabalho do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, que aqui tem desenvolvido juntamente com outros deputados do PSD, que há muitos anos desenvolvem um bom trabalho nesta Assembleia Municipal, mas que não deixa de notar que é necessário quer nas instituições democráticas, nesta Assembleia Municipal, nas Câmaras Municipais, nas instituições públicas do concelho e do país, que a renovação não é uma palavra má e adversa, muito pelo contrário, embora seja importante a experiência de quem está, mas é sobretudo ou ainda mais importante a inexperiência de quem vem com ideias novas e jovens para este concelho que tanto delas precisa. Interveio de seguida o Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), lembrando da necessidade de pintura da sinalização horizontal da cidade, nomeadamente de algumas passadeiras que estão a oferecer perigo aos peões por falta de pintura, dizendo ainda ter ficado desiludido por, mais uma vez, se terem esquecido do Gerós e outras zonas das Termas, aquando da vinda da televisão a S. Pedro do Sul. Tomou então a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que, relativamente à questão levantada pelo Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, o email é oficial e formal, e como lhe respondeu muito em cima da data da Assembleia Municipal, fê-lo por email. Esclareceu ainda, na sequência da sua intervenção na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 31/12/2015, que não existe nenhuma queixa, que a Câmara Municipal não fez nenhuma acusação, dizendo que o Presidente da Câmara, muito naturalmente, procurou saber junto do representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas em Dão-Lafões se os serviços tinham sido efetivamente encerrados, pelo que foi dito que não. Passou então a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que, dirigindo-se ao Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, disse: “O Eng.º Casais é funcionário público, ou foi funcionário público, eu próprio fui funcionário público das Finanças durante trinta e tal anos, o António Ribeiro foi funcionário público durante uma série de anos, o Custódio Rocha foi funcionário público uma data de anos, não me consta que nenhum de nós tenha tido um processo disciplinar. O Sr. não pode é dizer uma mentira nesta Assembleia Municipal, que tem repercussões. O Sr. disse que os serviços tinham encerrado, a Câmara Municipal não fez nenhuma queixa contra si. O que a Câmara Municipal fez, eu próprio mandei fazer aqui dentro da Câmara Municipal e eu, enquanto Presidente da Câmara, sou o responsável por tudo o que sai da Câmara Municipal. Escusa de estar a atirar culpas para o funcionário que terá enviado um email, a responsabilidade é minha, de tudo de bom e de mau, e assumo isso. Agora o que foi perguntado aos serviços agrícolas e florestais foi se realmente aquilo que o Sr. tinha dito, e foram colocadas as suas palavras textualmente, tiradas da gravação da Câmara Municipal, foi se era verdade aquilo que o Sr. tinha dito. E a resposta veio, a dizer que era mentira, que os serviços estavam conforme sempre estiveram. Foi o Sr. que veio aqui para esta Assembleia Municipal mentir. Agora o Sr. se tem algum processo disciplinar contra si, o problema é seu e dos seus serviços. Não fomos nós que mandamos meter nenhum processo disciplinar. A responsabilidade é sua e o Sr. tem que assumir. Todos nós temos que assumir na nossa vida aquilo que se diz e aquilo que se faz, e se o Sr. já teve processos aqui no concelho de S. Pedro do Sul o problema é seu.” Relativamente às passadeiras disse que, provavelmente, durante o mês de maio deverão ser pintadas, se o tempo o permitir, afirmando que foram pintadas no ano passado, antes de começarem as aulas, e como o ano foi muito chuvoso não tem sido possível tornar a pintar as mesmas. No que diz respeito à



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão do esquecimento do Gerós no programa da RTP, referiu que muitas das vezes não é a Câmara que escolhe a programação, apenas escolhe determinadas coisas para passar no programa, dizendo que esta poderá ser uma questão para uma próxima vinda das televisões ao nosso concelho, que tem sido uma aposta conseguida do município de S. Pedro do Sul, ao contrário do que se tem dito por alguns vereadores e membros desta Assembleia Municipal, afirmando ainda que “não sendo S. Pedro do Sul um concelho industrial, nós temos que nos virar para o turismo, e o turismo está nas nossas termas, nas nossas terras, nas nossas aldeias, e é isso que temos feito”. Depois, e dirigindo-se à Deputada Municipal Dr.^a Ester Vargas, esclareceu que, relativamente à “Festa da Laranja” em Valadares, que se realizou no passado fim-de-semana e na qual apenas enalteceu o trabalho do Sr. Presidente da Junta pelo evento, que foi excecional, a Câmara Municipal também contribuiu para a mesma, assim como outras entidades, pelo que deveria ter falado também dos parceiros, nomeadamente a Câmara Municipal que muito investiu naquela mesma festa. Disse ainda que gostaria de a ver falar também na Festa da Vitela, na Festa do Feijão e na Festa da Castanha e do Mel, e de enaltecer os respetivos Presidentes das Juntas de Freguesia, porque também essas festas contribuem para o desenvolvimento do nosso concelho, dizendo que “S. Pedro do Sul está a subir, ao contrário daquilo que a Sr.^a tentou dizer no passado, em que havia concelhos como Tondela e Mortágua que estariam melhor que S. Pedro do Sul”, afirmando que o concelho de S. Pedro do Sul está a ser conhecido pelos seus bons exemplos, conforme relatório de uma consultora internacional, que “põe o concelho de S. Pedro do Sul a subir em todas as áreas, na área dos negócios, na área de visitar, na área de viver, ao contrário dos concelhos vizinhos, à exceção de Viseu”, dizendo ainda que “era bom que a Sr.^a Deputada Municipal, numa próxima crónica semanal da rádio, pudesse também enaltecer as virtudes do concelho de S. Pedro do Sul, porque o concelho de S. Pedro do Sul não tem só coisas más, mas também tem coisas muito boas, e compete também à oposição dizer que as coisas estão boas quando efetivamente estão, não é só dizer mal, não é só dizer que os outros estão melhores”. No que diz respeito à BTL, disse que “em termos económicos, em termos de projeção do nosso concelho, tem mais interesse o que nós estamos a fazer com as televisões do que a BTL. É que nós com a vinda da televisão a S. Pedro do Sul, os nossos custos são quatro mil euros para o aluguer de uma tenda, que normalmente implica na altura de inverno e quando tem chovido, porque se não nem isso seria necessário. Aos artistas que vêm não é necessário pagar, vêm completamente gratuitos. No que diz respeito aos técnicos, o alojamento é tratado com a hotelaria local que normalmente fornece os alojamentos e as refeições. De forma que custa-nos muito menos termos um programa de televisão que, como disse o Custódio Rocha, são seis horas a emitir diretamente de S. Pedro do Sul, a falar constantemente em S. Pedro do Sul, das nossas terras, das nossas termas. É muito mais importante do que a BTL. A BTL somos um no meio de 100 e perdemos completamente o interesse. De forma que era isso que eu queria dizer: S. Pedro do Sul tem muita coisa boa.”. Seguidamente interveio a Vereadora Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, informando que, relativamente à questão formulada pela Deputada Municipal Ester Vargas, o gabinete de apoio ao emigrante tem tido uma frequência, sem problemas desde que abriu, em 2012, frequência essa que não é muito elevada, apesar da divulgação feita, sendo a maior parte dela interligada com as pensões que as pessoas têm a receber dos países quando regressam de vez. Disse ainda que a Câmara Municipal tem integrado alguns projetos, nomeadamente o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mundificar, o qual recebeu agora o prémio Miguel Portas, no sentido de promover as culturas dos emigrantes do concelho de S. Pedro do sul e que vêm de países nomeadamente de leste. Referiu que o Secretário de Estado com este pelouro enviou para a Câmara um ofício a informar estarem a fazer uma avaliação de todos os gabinetes do emigrante abertos nas autarquias, para poder dar indicações, que seriam consensuais em todos os municípios, para promover o gabinete do emigrante de outra forma, e para a Câmara Municipal poder também reagir em conformidade relativamente ao “Portugal 2020”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) tomou novamente da palavra, afirmando respeitar a opinião do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas que continua a manter a mesma posição e a mesma firmeza com que abordou o tema desde o princípio, e como político assiste-lhe o direito de manifestar a sua discordância, o seu descontentamento e a sua diferença. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que não mentiu e jamais mentirá em relação a esta questão, afirmando que os serviços técnicos do Ministério da Agricultura em S. Pedro do Sul, no passado não funcionaram e desde o dia 31 de dezembro não funcionam. Disse ainda que Sr. Presidente da Câmara Municipal foi para além daquilo que efetivamente devia, em defesa e em prol daquilo que é o agricultor e os agricultores em S. Pedro do Sul. Por fim, solicitou que lhe fosse enviado o teor desse email que foi remetido à Direção Regional, para que possa preparar a sua defesa junto da mesma. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que este continuava a mentir, porque acabou de afirmar que disse que os serviços não funcionavam e não tinha sido isso que disse na altura, mas sim que os serviços estavam fechados, e isso está escrito em ata e está gravado. Mais disse que se realmente os serviços lhe meteram um processo disciplinar, o problema é dele e dos seus serviços, afirmando que o mais grave é ter culpado os serviços da Câmara Municipal e o seu Presidente por terem sido responsáveis por esses serviços estarem fechados. Interveio de seguida o Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), começando por agradecer a todos os que colaboraram e a todos os que puderam estar presentes em mais uma edição da Festa da Laranja. Depois esclareceu que esta é uma organização conjunta da freguesia de Valadares com o município de S. Pedro do Sul, que, para além ter disponibilizado os seus recursos, os seus stands, os seus colaboradores, disponibilizou verba no valor de 1.500 euros, mas também com as associação e empresas locais que, de forma direta e/ou indireta, apoiaram esta iniciativa, ficando a importância e a estratégia de trabalho conjunto e do trabalho de promoção do concelho e, neste caso, da freguesia de Valadares. -----

Nesta altura, quando eram 11 horas e 45 minutos, ausentou-se da presente sessão o Deputado Municipal Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), não tendo assim participado na apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem do Dia. -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo usado da palavra o munícipe José Dias alertando para o buraco na estrada que vai para as Massarocas, em frente às Piscinas Municipais e que está a parecer muito mal. O Presidente da Câmara Municipal interveio, dizendo que a Câmara Municipal está a resolver esse problema, o qual já se arrastava há largas dezenas de anos, em que existia ali uma mistura de águas e saneamento, provocando um foco poluidor. Disse ainda que estão a separar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as águas pluviais, do saneamento e como foram abertas valas de grande profundidade, houve um abatimento de terras, agravado com o facto de ter chovido muito, tendo esclarecido que tem que haver um tempo razoável até que não abatam e assim se proceder ao respetivo alcatroamento, o que ocorrerá a curto prazo e assim que houver melhoria do tempo.-----

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE E INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”:-----

O Sr. Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) fez a seguinte intervenção: “Muito me surpreende não haver aqui mais intervenções de quem foi responsável pelo executivo camarário nos últimos mais de 15 anos, e no que diz respeito a investimentos e alterações, ainda não se tivesse falado de saneamento, saneamento muito caro ao Sr. Vereador Prof. Rogério e a todos os Deputados Municipais desta Assembleia Municipal, porque a situação financeira deste Município, que nos últimos anos tem vindo sem dúvida a melhorar, e que apesar de S. Pedro do Sul ter sido uma das autarquias que foi abrangida, porque teve que ser, pelo PAEL, uma das autarquias que tinha uma das maiores dívidas do distrito de Viseu, uma das autarquias que tinha e tem uma das piores redes de saneamento a nível nacional, S. Pedro do Sul conseguiu nos últimos anos melhorar a sua situação financeira e melhorar a sua rede de saneamento com o investimento que está a fazer. Estes dois pontos cruzam e tocam-se sobretudo numa questão fundamental quando estamos a um ano e pouco de eleições: é que nem o saneamento pela natureza do que ele representa, nem a redução da dívida, são obra que o cidadão normal veja no seu dia a dia e que veja edificada, e portanto dá a ideia que esta Câmara Municipal não tem feito um trabalho de construção, um trabalho de obra, um trabalho de evolução no nosso concelho e porque a redução da dívida não é obra visível, o saneamento não é obra visível, mas isto é um trabalho da mais elevada importância e que permitirá no próximo mandato a este executivo socialista, fazer um melhor trabalho, um trabalho mais livre e sobretudo um trabalho numa aposta, aí sim, eventualmente na edificação que não seja uma edificação em tempo de eleições, uma edificação de obra para o votante ver a três, quatro semanas das eleições, quando à sua porta começam as limpezas, começam as obras, começam as pequenas adjudicações diretas, os ajustes diretos, porque o montante das obras não permite que seja feito por ajuste direto e o concurso demoraria mais tempo. Portanto é de saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo trabalho que tem sido feito financeiramente e cumprimentar em especial nesta matéria o Sr. Vereador Dr. Pedro Mouro pelo trabalho que tem desenvolvido, porque apesar de isto não ser obra edificada, estou certo e convicto que os cidadãos do nosso concelho saberão julgar este trabalho que apesar de não tão visível, é muito mais importante do que aquela obra pequena e obra de tapar os olhos que ninguém dá conta mas que acontece, sempre em altura de eleições.”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO EXECUTIVO SOBRE O “RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ATIVIDADE PECUÁRIA”: -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), questionou o executivo camarário se têm aparecido muitos pedidos de declarações de interesse público, tendo o Vereador Dr. Francisco José de Matos respondido que embora o grosso do pedido de declarações fosse dentro do prazo que o próprio governo estabeleceu, têm-se recebido alguns que se têm enviado para os serviços oficiais, dizendo que o facto de ser considerado ou não o interesse público, não faz com que uma exploração fique legalizada, apenas é uma porta para a entidade coordenadora poder ter em conta quando fizer a reunião de avaliação de cada projeto, esclarecendo que não é a Câmara Municipal que estabelece a aprovação do projeto. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas mencionadas em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.----- --

3.3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015”: -----

Interveio o Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS), em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentando a seguinte declaração de voto: “Em finais de 2014, aprovámos, nesta assembleia descentralizada em Serrazes, os documentos previsionais para 2015 apresentados pela Câmara Municipal. Não tivemos grandes dúvidas, confiámos na bondade dos mesmos e na sua execução. E eis que tínhamos razão. Apesar de todos os condicionalismos, como a pesada herança da dívida municipal que sempre coarta a atividade futura, ou a mudança de programa de apoio comunitário e o atraso de mais de um ano na implementação do quadro 2020, que impediu financiamentos para diversas intervenções, especialmente as mais estruturantes e caras. Da documentação apresentada, realçamos as taxas de execução: 1. Na receita, ela foi de 87,5% (com cerca de 15 milhões de euros), não obstante a redução algo drástica nas receitas de capital cujo destino é o investimento, exatamente por via da quebra dos fundos comunitários e estatais. 2. Na despesa, ela foi de 86,9% (com cerca de 14,8 milhões). Ora, tanto num caso, como no outro, diremos, sem qualquer margem para dúvidas, que as taxas de execução não foram boas, foram muito boas. Mais ainda se atentarmos nos números de execução anteriores, quando os apoios do quadro comunitário então em vigor estavam no auge e as previsões eram simplesmente quiméricas! Basta ler o gráfico à página 37 do Relatório, sobre os investimentos previstos, realizados e pagos... E como seria curioso, também, estabelecer comparação com as taxas dos municípios vizinhos... Só para satisfazer curiosidades... Outro ponto de realce tem que ver com a evolução da Dívida Municipal. Se em 31 de dezembro de 2013 ela se situava em cerca de 12,4 Milhões de euros, um ano depois caiu para cerca de 9,5 Milhões. Ora, no ano de 2015, voltou a baixar e, no final do ano, situava-se em pouco mais de 7,6 Milhões. Queremos dizer que à redução de 23% em 2014, há que juntar mais uma redução de 20% em 2015, isto é, um total de 43%. Serve isto para dizer que, tendo a CM as contas em ordem e controladas, tal permite-lhe garantir a fornecedores e empreiteiros que lhes pagará em tempo mais curto, pelo que, quer os serviços de fornecimento, quer as execuções de obras terão, seguramente, menos custos. E isto tem um classificativo. Chama-se boa gestão dos dinheiros públicos. Por fim, um apontamento sobre o relatório do Revisor Oficial de Contas. Apesar das poucas e pequenas observações sobre alguns pormenores processuais de gestão, a corrigir



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

futuramente, a verdade é que o ROC recomenda a aprovação do documento aqui em discussão. Da nossa parte não há dúvidas. Votaremos favoravelmente e, assim, aprovaremos as contas do exercício de 2015. Queiram outros associar-se a nós.”. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) usou da palavra dizendo o seguinte: “Não há dúvida que a Câmara tem aqui uma taxa de execução acima dos 80%, que é muito bom, aliás isto vem em linha daquilo que vem do passado e que tem a ver com a verdade das contas. Acho muito bem que cada vez mais caminhemos para orçamentos, cada vez mais realistas e menos ficcionais, mas isto era uma coisa que era transversal a todas as Câmaras Municipais. Não vale a pena dizer que estão a fazer melhor, outros pior, foi assim durante muitos anos e agora as coisas têm-se vindo a corrigir e acho muito bem e faço votos que, para os anos seguintes, esta taxa seja ainda maior. A dívida de curto prazo também foi reduzida, o que é muito bom para a economia local, sem dúvida nenhuma. As pessoas hoje têm mais tranquilidade quando fazem negócio com a Câmara e por outro lado a redução da dívida também é um fator importante da câmara. Ao contrário daquilo que se diz a nível nacional, eu entendo que a política só pode ter expressão se não andar de mão estendida, isto é, nós só podemos pôr a política à frente das decisões dos políticos quando não precisamos de estender a mão para pedir dinheiro, mas isso serve para a Câmara, como serve para o país, como nós assistimos a que os mesmos que agora defendem este tipo de política a nível nacional, defendiam exatamente o contrário. Mas eu acho que é este o caminho, agora Sr. Deputado, as contas são contas, os números são estes, a redução da dívida é um facto. Agora não podemos ter dois mundos, isto é, não podemos andar por um lado a apregoar que estamos a fazer muitas obras, que não estamos Sr. Presidente. As obras que está a fazer neste momento são obras que se faziam no passado, obras de solidariedade, ponto que é importante não há dúvida nenhuma, tudo isso é importante. As grandes obras do concelho estruturantes não existem porquê? Porque foi tomada uma opção, que foi reduzir a dívida. É este o caminho que seguiram agora. Não podemos é ter as duas coisas. Eu lembro também que esta redução da dívida não é de agora, já vem do passado: em 2011 a dívida era de 15 milhões de euros e acabamos o mandato do anterior executivo com uma dívida de menos de 3 milhões de euros, portanto passou de 15 para 12 milhões de euros, e em 2013 foi esta a dívida que esta Câmara herdou. Portanto não é preciso estarmos aqui a enumerar as obras que foram feitas. Esta câmara está a optar por outro caminho, a reduzir dívida e mais nada, aliás a única herança que esta Câmara recebeu da Câmara anterior foi acabar a obra da Requalificação do Centro Histórico, que era regular o estacionamento, e mesmo isso a gente viu o filme que foi: meses para discutir aqui o estacionamento. Em relação ao saneamento, o balanço será feito no final do mandato.” De seguida interpelou o Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, relativamente ao relatório do ROC, pedindo esclarecimentos sobre a inventariação dos imóveis. Solicitou ainda informação relativa às rendas da Termalstur, e à impugnação judicial que foi feita à autoridade tributária relativamente aos três milhões e meio de euros. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) interveio dizendo o seguinte: “Na página 35 do Relatório há um gráfico, o gráfico 8, que mostra a evolução das despesas de capital. As tais despesas que referia como sendo aquelas que se referem ao investimento, não as despesas correntes, mas pagamentos correntes e este gráfico contradiz aquilo que o meu amigo e colega deputado aqui acabou de dizer, porque esse gráfico começa em 2011 e depois compara com 12, com 13, com 14 e com 15, e a verdade é que em termos de despesas de capital pagas, as previstas, e as pagas foram



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previstas muitas despesas em 11, 12 e 13 mas em termos de pagamentos, os pagamentos foram muito curtos o que se nós relacionarmos os pagamentos com obra feita, e é assim que temos de ler esses documentos, nota-se aqui uma décalage. Em 14 e 15 já é produto do trabalho do executivo atual. Há uma aproximação das duas colunas entre a coluna do previsto e a coluna do pago, com mais um ou outro pormenor, é que os valores pagos pelo atual executivo, tirando o ano de 13, que foi ano de eleições e onde ouve uma grande concentração de obra em véspera de eleições, o ano de 14 tem despesa de capital paga acima do de 11 e de 12, e o ano de 15 também tem o valor muito significativo o que quer dizer que o trabalho desta Câmara não foi só trabalho de soleira de porta, e nós aqui, à beira desta casa, temos uma obra quer queiramos quer não queiramos, que é a Avenida da Liberdade. Houve gente que a contestou, até da nossa bancada. É estruturante, pode custar a entendê-la como tal, mas está feita e vai ficar para a história. Portanto, será importante ler este gráfico porque este gráfico faz luz sobre algum daquele que tem sido o desempenho do atual executivo.”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) disse, em resposta à intervenção do Deputado Municipal Mário Almeida, que a taxa de execução orçamental deste executivo camarário é uma taxa de execução que já não se via há já alguns anos nesta Câmara Municipal, e que tem que ser realçada e saudada e, sobretudo, tem que ser dado o devido mérito. Mais disse que, sendo este um espaço de propostas de discussão, era de saudar que a oposição apresentasse hoje, dadas as críticas que aqui se fizeram, alguma proposta, melhoria ou comentário. Relativamente ao saneamento, pergunta quantas casas é que foram ligadas pela rede de saneamento que já devia ter sido feita antes, em que não havia nenhuma casa ligada ao saneamento? Interveio novamente o Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD), dizendo não ser especialista na área financeira, preferindo ver o gráfico da página 37 do Relatório que mostra claramente qual a evolução do investimento e que responde bem àquilo que disse inicialmente, ou seja, reduziu a dívida porque não se fez investimento, afirmando que, embora concorde com esta opção da Câmara, pois quanto mais se reduzir a dívida menos se condiciona a política no futuro, não se pode ter os dois mundos, ou seja, dizer-se que “está farto de reduzir dívida e a fazer grandes obras”. Relativamente às obras que o deputado André Matias disse que este executivo não faz, ao contrário dos anteriores, que é fazer obras no final do mandato, afirmou que os sete milhões de euros de obras que estão previstos, poucos ainda saíram do papel, e que provavelmente ainda temos algum tempo até às próximas eleições. Tomou novamente da palavra o Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), afirmando, em resposta ao Deputado Municipal Mário Almeida, que se olharmos para os números do executivo camarário anterior temos obra a ser realizada, deixando as seguintes questões: “Quantos ajustes diretos foram feitos na altura das eleições naqueles exatos meses antes das eleições que depois não foram concluídos de seguida? Qual era a rede de saneamento existente antes deste executivo chegar à Câmara Municipal e o que é que foi feito até agora?”. Disse ainda que o PSD devia, na sua pessoa, ter mais alguma cautela quando abandonaram uma Câmara Municipal e a deixaram no estado em que a deixaram, ou seja, falida, porque se não estivesse falida não tinha recorrido ao PAEL, não podendo recorrer ao crédito. Relativamente à pergunta sobre redes de saneamento, disse que esta era uma pergunta que já deveria ter sido feita há 10 anos atrás. Em resposta, o Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) disse que, relativamente à dívida, há algumas inverdades, não foi nenhuma crítica, foi uma observação e que, relativamente



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à Câmara anterior, ainda tinha cerca de 2 milhões de euros de capacidade de endividamento, e o investimento que foi feito com o Centro Histórico e o Centro Escolar, que foram cerca de 7 milhões de euros, podia ter sido abatido na dívida, mas que mesmo assim abateu em 3 milhões de euros, sendo por isso 10 milhões que abateu. O Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra, cuja intervenção a seguir se transcreve: “Srs. Deputados Municipais, em especial Deputado Mário Almeida, falou-se, falou-se, mas de concreto disse-se muito pouco. Ao contrário daquilo que o Deputado Mário Almeida dizia no início do nosso mandato, em que quando nós entrámos isto ia ser uma catástrofe, o concelho de S. Pedro do Sul ia parar, este executivo não prestava, seria a desgraça do nosso Município, não íamos arranjar dinheiro, fundos comunitários, não íamos arranjar nada, íamos ser uns coitadinhos. O Sr. hoje aquilo que contestou foi muito pouco e até nos veio dar os parabéns por uma série de coisas, que leva a supor que a bancada do PSD irá votar favoravelmente as Contas e o Relatório, mas também não pode ser de outra forma porque também se não o fizerem não são justos com o Município de S. Pedro do Sul, e não são justos com os sampedrenses, e porque, pela primeira vez penso eu, desde há muito tempo, o município de S. Pedro do Sul teve uma taxa de execução de 87%, penso que tenha sido inédito neste concelho, pela primeira vez o município baixou mais 20% da sua dívida municipal e está a fazer obras, embora o Sr. diga que são poucas ou que não sejam estruturantes, mas está a fazer obras fora do período eleitoral, ou seja, no ano antes das eleições. O Sr. está sempre a falar nas obras que tiveram fundos comunitários, mas há uma coisa que é importante que todos devem saber e que o Sr. quer fazer esquecer, que é o facto de nós, neste momento, estarmos a iniciar um novo quadro comunitário de apoio, e só agora estão a abrir os avisos de abertura e que estão previstas duas das maiores obras feitas em S. Pedro do Sul, tão só a construção da nova ETAR, que é uma obra que já devia estar feita há muito tempo. O que estava a acontecer é que a nossa ETAR não está em condições de funcionamento, faz muitas descargas ilegais para o rio derivadas das peças que estão obsoletas. A construção da ETAR, que é uma obra que em conjunto com Vouzela vai para mais de 4 milhões de euros, é uma obra que já temos a certeza de fundos comunitários, e também já temos a certeza de fundos comunitários para a requalificação do Balneário Romano, obra essa que também já devia estar recuperada há 30 anos. Não lançamos ainda o concurso público, porque falta resolver a questão da musealização do espaço, estamos ainda a resolver com o Ministério da Cultura a forma como se vai resolver a questão do museu, porque nós queremos criar lá um museu, e essa parte ainda não está resolvida. É só por isso que ainda não foi lançado concurso público dessa mesma obra, o qual temos que ter muito cuidado, pois não podemos aceitar qualquer tipo de empreiteiro porque aquilo é uma obra muito específica e temos que criar ali umas condicionantes para não entregarmos a qualquer empreiteiro. Estas estão certas, mas há outras que estamos a trabalhar para que também venham a ser comparticipadas. Ainda recentemente começamos a obra de saneamento no Covelo de Valadares, e sobre quantas pessoas vão ligar o saneamento, comece já a contar com Covelo e com o Gramol Valadares. Já foi aberto o concurso com os da Rompecilha também, comece já a contar com essas casas, e comece também a contar no Sobral e Mosteirinho de Pinho, fossas que estavam construídas e estavam a deitar para fora, que nós agora temos que ir fazer novas. Essas casas não era de contar porque já estavam ligadas, mas como as fossas estavam a extravasar, conte também já com essas, e vá começando a contar também com a freguesia de Serrazes, com Bordonhos e com Santa Cruz da Trapa. Depois



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também disse que nós não estávamos a fazer muitas obras estruturantes e eu falo em obras que já estão lançadas independentemente da gente saber se vai ter comparticipação ou não, porque que neste momento estamos a preparar muitas obras para lançar, para lançar candidaturas para a água e saneamento, principalmente a nível de saneamento, para se lançarem neste quadro comunitário de apoio. Em princípio, nós iremos ter provavelmente cerca de 3 milhões de euros para saneamento, independentemente da questão da ETAR e nós estamos a trabalhar para que realmente possamos atingir esses montantes, e tudo vai depender dos nossos técnicos conseguirem fazer projetos a tempo e horas, porque o prazo de candidaturas acaba em junho deste ano. Depois o Sr. também falou na questão da redução da dívida: o Sr. Deputado Municipal ou não sabe ou não quer saber, ou então, mais grave, que é querer omitir, é que quando este executivo entrou na Câmara Municipal, herdou 26 milhões de euros de dívidas, e porquê? Porque uns meses antes das eleições tinha recebido 3 milhões de euros do PAEL, porque se não a dívida ainda era superior, seria de 29, depois foi uma opção nossa a redução da dívida; evolução do investimento só haverá quando, efetivamente, se realizarem grandes obras, e como o novo quadro comunitário de apoios está aí, as obras estão a ser projetadas, irão ser lançadas e então, nessa altura, iremos ter as grandes obras, quando realmente tivermos os fundos comunitários para as realizar. Este momento é uma fase de transição e não é altura para grandes obras, não tem nada a ver com o mapa eleitoral, tem a ver realmente com o facto de só agora terem aberto a possibilidade de candidaturas. Os nossos Eng.ºs andam num reboço a preparar os projetos e só nessa altura, quando realmente essas obras forem lançadas, é que teremos as grandes obras, provavelmente daqui a 2 anos, 3 anos. Tomara eu que seja antes das eleições, mas que também, seja com for, não estou nada preocupado com isso, pois a verdade é que as pessoas nas aldeias sentem que nós estamos a executar obra. Ouve alguém que falou dos ajustes diretos antes das eleições. Eu quero-vos lembrar que até foi feito o lançamento de uma obra, concretamente em Rio de Mel, dois dias antes das eleições, e no dia anterior houve uma máquina para começar lá a trabalhar. Mas depois na segunda-feira seguinte parou logo. Coincidências! De forma que não conte comigo para situações dessas.”. O Vereador Dr. Pedro Miguel Moura Lourenço usou de seguida da palavra, dizendo: “De facto, acho que pelo menos nos últimos 10 anos não tivemos uma execução de 87%. Há uma redução substancial da dívida quer a curto prazo, quer a médio longo prazo. Se repararem, com a redução da dívida, continuam a descer os custos financeiros, isto é, os juros que nós pagamos por ano estão a reduzir substancialmente. Queria também, e não falando mais da dívida, dar-vos nota de dois dados importantes para mim: os custos com o pessoal continuam a reduzir. Este ano a redução foi só foi de 3%, mas 3% representam mais de 200 mil euros de redução num só ano. Outro aspecto essencial foi que a derrama subiu. A derrama tinha estado sempre a descer nesta parte e este ano subiu, o que é um indicador de retoma da atividade económica. Por outro lado existem uma série de indicadores que são importantes para nós e que todas as empresas olham, que tem a ver com os rácios económicos, por exemplo: autonomia financeira passou de 55% em 2011 para 63% em 2015, a liquidez geral em 2011 era de 12% e passou para 50% em 2015, o coeficiente de usabilidade em 2011 era de 125% e em 2015 passou para 173%. Outro exemplo concreto, é o facto também de reduzirmos os prazos médios de pagamento e os pagamentos em atraso. Neste momento, ao contrário do que foi aqui dito, nós nas próximas duas semanas vamos fazer contratos de obras de mais de 1 milhão de euros, e uma dessas obras é a Ciclovía, que já vai ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entregue na próxima semana a uma empresa. Mas para verem como é que S. Pedro do Sul já é apetecível, na plataforma a propósito da obra da Ciclovia, 90 empresas consultaram o processo, que é sinal que as pessoas estão a olhar para nós de outra forma. É sinal que, por exemplo, a empresa que vai fazer o pavilhão de Santa Cruz da Trapa só falta o visto do Tribunal de Contas, porque a obra já está adjudicada a uma empresa da Guarda; para a obra da estrada de Sul vem uma empresa dos lados de Mortágua. Em média, todas as obras, sobretudo quando se trata de alcatroamento, estão a baixar 40% em relação ao valor base, e isso é que é importante para nós, e nos vai permitir, entre esta semana e a próxima, assinar contratos à volta de 1 milhão de euros, em que a principal é a Ciclovia. A questão dos investimentos que foram aqui falados não tem qualquernexo, porquê? Os mapas que o Sr. deputado Mário Almeida falou, se tivesse reparado no ano 2011 ou 2012, tinha reparado que os valores de investimento até eram inferiores aos que têm sido em 2014 e 2015, e que todos esses anos são os anos de maturidade do quadro comunitário de apoio, isto é, o quadro comunitário de apoio anterior também começou tarde, mas depois os anos entre 2011 e 2014 ou 2015, é que foram os anos em que, de facto, houve fundos comunitários para os municípios, e onde S. Pedro do Sul foi buscar dinheiro para as vias, para estas variantes, para o Centro Escolar e Requalificação Urbana. Mas devo dizer que, ainda assim, neste momento nós ainda temos dinheiro do quadro anterior para receber, isto é, já devíamos estar a trabalhar no novo quadro comunitário e temos uma série de dinheiro para receber do quadro anterior, de obras que estão por finalizar por causa de problemas com os terrenos, e situações de overbooking em que nós avançamos com a obra, pagamo-la e estamos à espera que a CCDRC nos pague, que são os casos, por exemplo, da estrada de Negrelos que é comparticipada em 85% e a estrada de Sendas, que foi aqui criticada, e que nós conseguimos que fosse comparticipada em 85%, ficando para o Município pouco mais de 10 mil euros em termos de custo do orçamento próprio. Portanto e para terem aqui uma noção de como é que as coisas funcionavam, em 2013 ou 2012 tínhamos um PROVER que era das Termas e um PROVER da Adrimag. Poucos municípios tinham acesso a dois programas destes e S. Pedro do Sul teve acesso aos dois, e foi um dos municípios que conseguiu ir buscar menos dinheiro, e nesse PROVER, quando foi da pré candidatura conforme está a ser feito agora, S. Pedro do Sul candidatou e bem a Ciclovia e o projeto das margens do Vouga. A candidatura foi aprovada, todos os municípios que participaram (são sete municípios que compõem a Adrimag) tiveram projetos financiados por este programa, exceto Castelo de Paiva que tinha um problema no projeto deles com a entidade que gere a Bacia do Douro, em que, segundo a CCDRC, não teve porque não quis, e não teve sobretudo porque enviaram uma comunicação a dizer que não iam executar o projeto por dificuldades financeiras. O que eu quero dizer com isto é que, se nós neste novo quadro comunitário não estivessemos preparados corríamos o risco de nos acontecer o mesmo, e agora o que está a acontecer é que podíamos ter tido a ciclovia financiada em 85%, e por dificuldades financeiras não foram lá, e agora nós estamos a executá-la com dinheiro próprio e a tentar que durante este novo quadro comunitário ela seja financiada. Posso dizer que desde 1 de janeiro de 2016 já lançamos 20 empreitadas, todas elas importantes para nós, algumas ainda não estão no terreno por dificuldades climáticas, e para nós tanto é importante uma empreitada de 50 mil euros como uma de 500 mil euros.”. Disse ainda, relativamente à questão das reservas do ROC, que “A questão da inventariação, que tem vindo ainda a decorrer, temos feito alguns progressos; a colaboradora da câmara municipal que estava mais com esta situação pediu uma



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

licença sem vencimento, e que também ajudou aqui à redução dos custos com o pessoal, mas nós temos vindo a fazer alguns desenvolvimentos. A questão da Termalístur e das rendas tem a ver com o facto de ter sido feito um factoring, isto é, a Câmara Municipal recebeu o valor dessas 6, 7 rendas de uma só vez e a Termalístur ficou a pagar à entidade bancária, e aqui o que o ROC alerta é a questão da classificação ou a forma como foi contabilisticamente classificado, se seria uma dívida de curto prazo ou não. A questão do IVA, nós já fizemos algumas diligências. Já estive com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que está por dentro da situação, e a situação está a ser analisada. Estão à espera que seja clarificada por uma circular que venha da União Europeia, e que depois seja clarificada para todas as estâncias termais do país, para que nem nós, nem outras estâncias termais do país, voltemos a ter qualquer tipo de problema. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **20 votos a favor** dos Deputados Municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), José Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) e **13 abstenções** dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Ramos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO”:-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2016”:----- --

O Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço esclareceu que esta revisão tem a ver com a acomodação do saldo que transita de 2015 e que está distribuído pelas rubricas que eram as necessárias para execução deste orçamento. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----- --

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.----- --

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12h50, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Srs. Presidente e Secretários da Mesa.----- --

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,